



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07-12-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde a todos e todas presentes nesta audiência pública semipresencial.

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 15ª Audiência Pública semipresencial do ano de 2022, convocada para hoje, 7 de dezembro de 2022, cuja pauta são as tratativas que estão acontecendo sobre o terreno onde funciona o Ponto de Economia Solidária, situado na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 250, nos termos nos termos do REQCOM SAÚDE nº 19/2022, de autoria desta Vereadora.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

As inscrições para participação da audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 02/12/2022. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar. Peço a todas, todos e todes membros participantes que desliguem seus microfones quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Para esta audiência pública foram convidados os Srs.: Fabrício Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil; Dimas Tadeu Covas, Presidente do Conselho Curador da Fundação Butantan; Dr. Jairo Edward de Luca, Promotor de Justiça do Meio Ambiente; Dr. Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça da Saúde Pública; Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal de Saúde, representado pelo Sr. Ivan Cáceres e pela Sra. Elizabeth; Profª. Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – Universidade de São Paulo; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Joseane Possidonio, Subprefeita do Butantã, representada pelo Sr. Alessandro Di Carlo Formigoni, Chefe de Gabinete; Ricardo Ferrari Nogueira, Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental; Prof. Ademir Lopes Junior,

Diretor do Centro de Saúde da Escola Butantã; Profª. Mara de Andrade, representando os discentes e docentes da Escola Estadual Alberto Torres; Profª Erika Caracho Ribeiro, Diretora da Etec Cepam; Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; João Antonio, Presidente do Tribunal de Contas do Município; Elisabete e Patrícia, representantes do Conselho do Ponto de Economia Solidária e Cultural do Butantã.

Essas são as pessoas que nós convidamos para participar deste encontro.

Agora eu vou pedir para o Gustavo e a Sonia, que estão aí, para que quem esteja presencialmente venha compor a Mesa. Por gentileza.

O SR. GUSTAVO – Pessoal, peço para quem foi anunciado como convidado a compor a Mesa por favor; quem estiver presente. (Pausa) Vereadora, com licença. Só para informar que o Vereador Alfredinho ingressou na reunião virtualmente.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, virtualmente, recebo o Vereador Alfredinho. Fique à vontade para no momento oportuno se pronunciar. (Pausa)

A SRA. REGINA – Juliana, é Regina. Você tem o roteiro com você no WhatsApp, mas só lembrando que logo após a contextualização, que vai ser feita pelo Conselho Gestor do Ponto, duas pessoas precisam falar inicialmente: a representante da USP e a Érika, porque elas têm uma questão de tempo. Então, elas duas falariam logo depois da contextualização.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Beleza. Bom, gente, quero agradecer muito a presença de todos os convidados e convidadas. Peço por favor, a quem estiver com o microfone aberto, que desliguem, porque está dando eco. Não sei se você consegue administrar isso, Gustavo. (Pausa)

O SR. GUSTAVO – Vereadora, não tem ninguém com microfone aberto.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Okay. Quero agradecer demais o empenho e a preocupação de todos que estão acompanhando essa pauta e a participação das pessoas que estão conosco, principalmente de forma virtual. Nesta audiência pública pretendemos dar continuidade ao diálogo realizado na última audiência pública, em junho deste ano, por conta dos riscos a que estão expostos os equipamentos públicos de saúde e educação

situados próximos ao Instituto Butantan. A gente sabe da importância do Instituto Butantan na vida das pessoas. Mas o Ponto de Economia Solidária e Cultural do Butantan, além das escolas do Centro de Saúde, acabam ficando em risco com o desenho que foi pensado pelo Instituto sem dialogar com a comunidade.

Então, quero convidar os atores envolvidos nessa gestão - gestores, trabalhadores e usuários, órgãos de fiscalização de controle – para que a gente possa, juntos, contribuir no sentido de cobrar uma solução e que todos possam desenvolver suas atividades em função do bem comum, sem principalmente desalojar ninguém desses equipamentos existentes.

Para iniciar, convido os representantes que compõem a Mesa. No meu histórico, Regina, não tem o nome de quem vai falar a contextualização. Então, peço que a pessoa se apresente a pessoa que vai fazer a contextualização pelo Conselho Gestor. Tudo bem? (Pausa)

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER - Oi Juliana. Quem está falando é a Sonia, do Conselho Gestor do Ponto. Vou fazer uma breve contextualização do que aconteceu de junho para cá, que nos mobilizou a estar presente de novo aqui na Câmara em defesa não só do Ponto, agora, como de outros equipamentos que também estão em risco por conta da proposta de expansão do Instituto Butantan. Então, vou fazer uma pequena exposição de contextualização. A Carol vai fazer uma apresentação do Ponto com a Risonete e a Bia, trabalhadoras do Ponto. Daremos início com essa contextualização, e depois passo a palavra para o representante da Etec, para o representante da USP – que é a Raquel, que está *online* -, para o representante do Centro de Saúde da Escola e para a Secretaria de Saúde. Não sei se a ordem é essa, não sei quem vai determinar.

Já contextualizando, nesse processo de junho para cá, a gente tomou conhecimento, nos últimos meses, que o Instituto Butantan estava movimentando o processo de solicitação do uso do espaço do Ponto de Economia Solidária e de construção dos dois edifícios-garagem que ficam na Microbacia do Córrego Pirajussara-Mirim. Então, a situação que a gente tinha em junho, de que o processo estaria suspenso porque a Secretaria Municipal de Saúde teria se negado a conceder o terreno pela importância do equipamento de saúde, que é o Ponto de Economia

Solidária, que pertence à rede de atenção psicossocial do SUS. Essa suspensão estaria em risco porque o processo na Casa Civil começou a andar novamente e está andando. O Instituto Butantan está pondo em questão a propriedade do terreno do Ponto na sua integridade, falando que existe uma parte do terreno que é uma invasão, segundo eles.

Então, a gente volta a defender o Ponto; e, nessa volta de defesa do Ponto, também defendemos toda estrutura de atenção de saúde e a de educação, que são equipamentos públicos no entorno, lindeiros ao Instituto Butantan. Voltamos a defender o próprio Instituto Butantan como equipamento de saúde pública. E voltamos a solicitar ao Instituto Butantan transparência e que venha a público expor seu projeto para que seja discutido com a sociedade. Entramos em contato com um Plano Diretor que é de uma magnitude enorme e que necessitaria de uma audiência pública e de estudo de impacto de vizinhança.

Também questionamos, através do Ministério Público do Meio Ambiente, a degradação do meio ambiente, principalmente na supressão, já feita, de 300 árvores para construção – que está andamento – do Biotério e a previsão de pelo menos mais 700 árvores para construção de um restaurante e dos edifícios-garagem.

Existe um processo no Ministério Público do Meio Ambiente. Infelizmente, o Ministério não pôde estar presente hoje, mas esse processo está em andamento e já teve algumas conversas com o próprio Instituto Butantan. Nós mesmos, da sociedade civil e dos equipamentos, não conseguimos em nenhum momento um diálogo com o Instituto Butantan.

Tivemos uma notícia, que foi muito boa e aliviou um pouco os nossos corações, mas não nos deixa totalmente tranquilos, de que o Instituto Butantan revogou quatro licitações que já estavam em processo de contratação – uma delas, os dois edifícios-garagem; a outra, o restaurante -, que estão atingindo a gente diretamente.

Então, agora passo a palavra para a Carol e para a Rizo; e depois a gente segue. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Sonia. (Falha na transmissão), que é assessora da Deputada Leci Brandão.

NÃO IDENTIFICADA – Boa tarde. Componho a Mesa como membro do Conselho Gestor do Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantan. E em meio a enormes ameaças e retrocessos do Estado Democrático de Direito, eu gostaria de começar dizendo que a saúde mental é um direito humano fundamental para vivermos com dignidade, componente inseparável do direito à saúde. Existem fortes ligações entre a saúde mental e a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais. E se compreendermos que a saúde mental é então um direito humano fundamental, o cuidado em liberdade deve incidir sobre as condições de vida das pessoas, as desigualdades de renda, a segurança alimentar, a moradia, a educação e o trabalho.

Apesar do respaldo jurídico normativo nacional e internacional, os direitos humanos das pessoas com deficiências psicossociais e intelectuais estão entre os mais vulneráveis do mundo; sofrem muitas formas de marginalização e exclusão e encontram-se em desvantagens de igualdade de acesso aos serviços e oportunidades de vida.

A relevância da questão é expressa na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem caráter de Emenda Constitucional no Brasil e que defende que todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, a viver de forma independente, a ser incluído na comunidade e que ninguém será submetido à tortura bem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

O Brasil ratificou essa Convenção por meio do Decreto 6.949, de agosto de 2009, e a Convenção tem por propósito promover, proteger e assegurar o exercício dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pela dignidade humana. A Convenção abrange os direitos das pessoas com problemas de saúde mental, incluindo aqueles com problemas decorrentes do uso de drogas, e amplia o conceito de incapacidades – ou deficiências, como foi traduzido – com aspectos que, em relação ao contexto social, podem sofrer desvantagens no exercício da cidadania. Nela, as deficiências resultam de vulnerabilidades individuais e sociais, na interação entre pessoas e barreiras que impedem a efetiva participação social em igualdade de oportunidades.

As pessoas com incapacidades psicossociais – aqui, uma tradução de escolha – são

um grupo diverso; e fatores diversos como idade, identidade de gênero, orientação sexual, religião, raça, cor, etnia e situação econômica afetam as experiências de vida e as necessidades de cuidado em saúde mental.

A referida Convenção, com caráter, então, de Emenda Constitucional, estabelece que as pessoas com habilidades gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida. Para tanto, quando necessário, o Estado deve prover a possibilidade de apoio para tomada de decisão. Estabelece que a liberdade é um direito; e, nesse sentido, as pessoas com habilidades não podem ser privadas ilegal ou arbitrariamente da sua liberdade. A existência da deficiência ou habilidade não pode justificar, então, a privação de liberdade. Estabelece, ainda, que os Estados devem prevenir todas as formas de exploração, violência, abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atenção e apoio e que devem tomar medidas apropriadas para promover a recuperação física, cognitiva e psíquica, inclusive mediante a provisão de serviços de proteção, reabilitação e reinserção social.

As pessoas com habilidades têm o direito de viver na comunidade com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, com inclusão e participação; o direito de decidir onde e com quem viver; o direito de ter acesso a uma variedade de serviços de apoio em domicílio e na comunidade de modo que exerçam a sua participação social.

Quero ainda pontuar que essa legislação estabelece que as pessoas com habilidade têm o direito a um padrão de vida adequado para si e para suas famílias, inclusive alimentação, vestuário e moradia bem como à melhoria das suas condições de vida e proteção social.

É complexo pensarmos na efetivação dos direitos assegurados por essa Convenção, documento que assegura o direito a viver de modo independente, ser parte de uma comunidade de escolha, ter oportunidades e possibilidades de uma vida em comum. Para tanto, precisamos de respostas igualmente complexa, como é o caso do equipamento de saúde pública em questão, que, intersetorialmente, desenvolve projetos de inclusão pelo trabalho associado e

solidário, na perspectiva da economia solidária contraposta à organização do trabalho capitalista, competitivo e excludente. Sua finalidade é contribuir com arranjos comunitários e institucionais para formulação de políticas públicas de acesso aos direitos civis, políticos e sociais, para conjugar Estado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento solidário, saudável e sustentável.

Assegurar a permanência do Ponto Butantã é respeitar a garantia dos direitos humanos da população da rede de atenção psicossocial do SUS no território do Butantã. Dito isso, afirmamos que é possível fazer e que o Ponto fica como direito. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. (Falha na transmissão).

A SRA. RISONETE FERNANDES – Eu sou Risonete, trabalhadora do Ponto de Economia Solidária e faço parte dessa história desde a luta para a gente conquistar esse espaço, quando eu era usuária do CAPS Butantã. Gostaria de dizer aos gestores da Fundação Butantan que toda essa truculência com que foi tratada essa questão, e não o diálogo e a informação por todo esse tempo, causou, para a comunidade do Ponto, tristeza e muita incerteza, coisas que afetaram o nosso dia a dia. Inclusive, pela segunda vez, a gente para todas as nossas atividades lá, fecha a casa para audiências públicas – e esta é a segunda audiência pública.

Esse lugar, desde março de 2016, tem atingido mais de 62 pessoas, com geração de emprego e renda e transformado vidas. A gente levantou esse número porque a gente falou com o *Le Monde Diplomatique*, e eles queriam saber quantas pessoas foram atingidas. Então, foram mais de 62 pessoas, com geração de trabalho e renda e vidas transformadas, com vários exemplos.

Conquistamos esse lugar, mais direitos, autonomia, liberdade, saúde, amigos, muitos amigos, felicidade, sorrisos. Além dessas pessoas que nós contemplamos com trabalho e renda e um lugar na vida, mais de 60 famílias de pequenos produtores contam com o apoio do trabalho do Ponto através da produção de comida no nosso restaurante; e que, através da venda de orgânicos, conseguem escoar sua pequena produção agroecológica.

No ano de 2022, há cerca de um mês, a gente inaugurou no Ponto, também, o Fundo

Rotativo, que é o embrião de um banco comunitário, algo inovador; e distribuimos entre os trabalhadores do Ponto 2.520 reais. Cada trabalhador recebeu 120 reais em moeda social, que é a moeda usada em uma feira da Rede Saúde Mental, e cada trabalhador, durante 10 meses do projeto do Fundo Rotativo, vai receber 120 qualquer, que é o nome da moeda social, para gastar nos empreendimentos do ponto.

Vocês precisavam ver o sorriso de cada trabalhador recebendo 120 qualquer e podendo ir às compras. É gente que não costumava comprar nos nossos empreendimentos mesmo, porque a nossa renda não dá. A gente melhorou bastante. Tem uma renda melhor do que quando a gente começou, mas ainda não é suficiente. Então, isso são ações transformadoras. A gente tem os registros da fundação do fundo rotativo, o embrião do banco comunitário. Então, é para ver que é um equipamento realmente que precisa ser sustentado, e mesmo que tivesse sido feito um diálogo, desde o início, com propostas, ofertas de outro espaço equivalente, que a gente pudesse estar visível - falamos disso, a visibilidade da saúde mental - não deixaremos mais nos esconder e não abriremos espaço para ser um portão de garagem. Esse lugar, até 2016, quando a gente começou a funcionar os empreendimentos, era um lugar morto, um quintal cheio de lixo de construção, que a gente recuperou e que passou a produzir. Aquela terra hoje é uma horta.

Então, é um lugar que transforma vidas, transformou o território, porque todas essas sementes que estão nas nossas vidas, dos trabalhadores do ponto também estão na vida das pessoas do território, que são amigos, parceiros e clientes. Estava aqui uma das nossas clientes, a Carolina. Acho que ela se ausentou um pouco. Da outra vez também, havia vários.

Então, mesmo que estivesse sido feitas propostas e nos dado outro equipamento tão bom ou melhor - teria que ser melhor, porque o nosso é muito bom - não é interessante, porque nós temos o direito de dizer que esse lugar é conquistado por nós, e nós queremos ficar ali. Então, o ponto fica. Nós queremos que a Etec também fique e que o Centro de Saúde Escola também fique, porque transformam as vidas das pessoas, a Escola Estadual Alberto Torres.
(Palmas)

O ponto fica, o ponto é saúde, trabalho e vida. O ponto é saúde, trabalho e vida. O ponto é saúde, trabalho e vida. Só sairemos para algo muito melhor, mas não queremos sair, e é um direito nosso na convenção do direito da pessoa com deficiência. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom. Obrigada, obrigada pela fala.

Gente, boa tarde a todo mundo que está presente. Eu enfim acabei chegando nesse momento. Acredito que a Vereadora Juliana está a caminho. Vou aqui fazer aqui algumas confirmações de presença. Antes de qualquer coisa, eu queria agradecer todos que estão aqui presentes realmente e que estão *on-line*. Eu acredito que é a primeira vez que a gente consegue reunir representantes de todos os equipamentos que estão sendo prejudicados pela ação da Fundação Butantan. Eu digo Fundação Butantan porque é diferente do instituto, e a gente vai falar um pouco melhor sobre isso durante o dia aqui nessa audiência. Eu queria parabenizar todos que estão aqui. Eu acredito que a gente está conseguindo reunir todos pela primeira vez.

Falo do ponto, do Cepam. Há pessoas aqui e *on-line*. Isso é muito importante para essa batalha ser unificada, lutando de um lado e lutando de outro. Eu acho que aqui tem que ser o mais unificado possível.

Se possível, eu queria perguntar se algum representante da Casa Civil está presente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Olá, Vereadora Luana. É a Juliana Cardoso. Eu estava presidindo aqui virtualmente.

Na Saúde, o Ivan está na mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Hum, hum.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, a gente já compôs a Mesa, e agora quem vai falar é a nossa convidada, a Profa. Raquel Ronilk, uma das nossas convidadas que está virtualmente participando da nossa atividade.

Quero destacar e agradecer a presença da Vereadora Elaine, que está aqui conosco

e é representante da Deputada Marina Helou, que também está aqui presente junto conosco, e eu já estou chegando.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Perfeito, Vereadora.

Eu queria perguntar se a Casa Civil estava presente porque é importante. Agradeço a presença do Ivan aqui, da Secretaria da Saúde. A gente se conhece há um bom tempo. Agradeço mesmo a presença, mas seria também interessante saber se a Casa Civil está presente. Para quem não sabe a Casa Civil é uma espécie de Secretaria do Governo, o representante oficial da Prefeitura, se estaria presente. Se estivesse, seria bem interessante, mas, de toda forma, agradeço a presença do Ivan, da Saúde.

Então, vou passar a palavra para a Sra. Raquel Rolnik, que está *on-line*.

A SRA. RAQUEL ROLNIK – Boa tarde a todos. Estão me ouvindo bem? (Pausa) Ótimo. Agradeço muito, muito o convite para poder estar presente. É uma iniciativa muito, muito, muito importante.

Vereadora Juliana Cardoso e demais Vereadores presentes aqui, sobretudo lideranças do movimento Butantã, eu venho aqui não como Raquel Rolnik, urbanista, mas como Prefeita da Cidade Universitária do *campus* do Butantã, representando, portanto, a Universidade de São Paulo, vizinha do Butantã, que, com ela, também compartilha espaços que originalmente vieram da mesma configuração fundiária e que foram destinados para o Butantã, Instituto Butantan de um lado, e para a Universidade de São Paulo do outro.

O que eu gostaria de esclarecer aqui, para poder deixar muito, muito clara a posição da Universidade São Paulo em relação especificamente aquilo que fui capaz de ver no Plano Diretor, que está sendo discutido e submetido aos trechos, ao Conpresp e vários órgãos, é que não existiu, até o momento, nenhuma conversa, nenhum diálogo, e portanto nenhum acerto, no sentido de que a Universidade de São Paulo abriria mão, por meio de suas faculdades de Medicina, do Centro de Saúde Escola, para ele virar uma área de expansão de atividades do Instituto Butantan. Não aconteceu, não existe nenhuma intenção por parte da Universidade de São Paulo de encerrar o trabalho do Centro de Saúde Escola, muito menos de mudar a

destinação desse lugar.

Também não existiu nenhuma conversa, nenhum diálogo, e eu posso dizer, em nome da Prefeitura da gestão atual, mas também falo em nome da gestão anterior da Prefeitura, sob a gestão do ex-Prefeito Hermes. Não houve nenhum diálogo, nenhuma demanda de que as áreas que hoje estão ocupadas pelo Cepam, ocupadas por outros organismos que estão exatamente junto a uma das avenidas centrais importantes de via de acesso da Cidade Universitária, de que elas passariam para a gestão do Butantan, para fazer os seus planos de expansão. Isso nunca existiu. Nenhum acordo foi feito com a Universidade de São Paulo, nenhum diálogo com a Prefeitura que faz a gestão do Plano Diretor nem com a superintendência de espaço físico.

Mais do que isso: Afirmo aqui para todos vocês que, no ano que vem, nós vamos proceder a revisão do Plano Diretor da Universidade de São Paulo, Plano Diretor do *campus* Butantã, por meio de um processo participativo, e vamos querer contar com a comunidade do Butantã também nesse processo, numa interlocução com a comunidade, e estamos considerando o conjunto dessas áreas como áreas de atividades do *campus* Butantã.

Portanto, não existe nenhuma disponibilidade, nenhuma conversa, e se o Instituto Butantan pretende expandir e fazer o seu plano diretor sobre essas áreas, ele evidentemente deveria primeiro dialogar com a Universidade de São Paulo, que hoje tem a gestão dessas áreas.

Eu queria apenas deixar esses dois pontos aqui consignados, do ponto de vista da Universidade de São Paulo. Também não existe nenhuma intenção de interrupção de colaboração dos projetos de pesquisa, dos projetos de extensão, que sistematicamente, ao longo dos últimos anos, das últimas décadas, colaboram tanto com o ponto da economia solidária, como a escola rural, enfim, com a Etec. Nada disso, enfim, esses equipamentos, e as colaborações - apesar de que não são equipamentos sob a gestão da Universidade de São Paulo - mas eu só queria dizer, investiguei isso - não existe nenhuma intenção de nenhum projeto de pesquisa, extensão e colaboração com o ponto de economia solidária, com a Etec, de serem interrompidos, nenhuma. Ou seja, para a Universidade de São Paulo tudo isso continua vivo,

forte, existente e pensado com perspectivas de futuro e não de passado.

Eu gostaria de colocar essa posição porque, caso também haja qualquer contato ou qualquer relação com a Universidade de São Paulo em relação a essa proposta, insisto, não houve, não houve. Tomamos conhecimento do Plano Diretor do Instituto Butantan, por meio do movimento dos moradores do Butantã. Portanto, formalmente a USP não foi consultada, nem conversada nem dialogada e evidentemente, nesse momento, faremos um processo de discussão interna, mas já posso adiantar que, do ponto de vista da posição da Prefeitura, que agora estamos à frente, não parece nem um pouco justificável essas mudanças e essas intervenções.

É só isso que eu gostaria de deixar consignado aqui, parabenizando os moradores do Butantã por essa importantíssima iniciativa.

Muito obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada.

O importante é esse relato.

Tem a palavra a Sra. Erika Caracho Ribeiro, diretora da unidade e professora de Ensino Médio, Etec. Fique à vontade.

A SRA. ERIKA CARACHO RIBEIRO – Obrigada, Vereadora Juliana, obrigada, Vereadora Luana pelo convite, por estarmos aqui. Primeiro lembro que estamos aqui e eu estou representando a Etec Cepam, mas há muitos aqui da comunidade. Há professores, funcionários, estudantes, pais de estudantes, mobilizados em torno dessa questão.

Então, pessoal, levanta a mão aí para todo mundo ver vocês da Etec Cepam.
(Palmas)

A SRA. LUANA ALVES – Muito bom, muito bom, muito bom.

A SRA. ERIKA CARACHO RIBEIRO – Estamos em peso aqui também para debater

e construir sobre essa temática. Eu vou comentar um pouco sobre o que é a Etec Cepam. Não sei se todos e todas conhecem. A Etec Cepam é uma Etec ligada ao Governo do Estado de São Paulo, que tem uma temática que a gente costuma trabalhar, na escola, que é a temática de interesse público e social. A escola está nesse mesmo espaço desde 2020. A escola foi criada em parceria do antigo Cepam, que estava naquele espaço, naquele território junto conosco com o Centro Paula Souza. É por isso então que a escola se chama Etec Cepam. A gente tem desenvolvido desde então um projeto político-pedagógico, que tem conexão com a Universidade de São Paulo, porque a gente está nesse território da universidade. Então, não faria sentido a gente construir uma escola sem ter essa conexão.

Então, para vocês terem uma noção, por ano, a gente recebe, na escola, cem estagiários de licenciatura. Então, a gente ajuda a universidade a formar cem estudantes, cem futuros professores, fora outras tantas atividades que a gente faz na universidade. Os nossos estudantes utilizam as quadras do centro de práticas esportivas para suas aulas de Educação Física. As nossas aulas de laboratório são no instituto de Química, no Instituto de Física, nos espaços da universidade.

Nós usamos os museus, enfim, tantos espaços abertos para levar os nossos estudantes, para a gente aprender com a universidade também. Eu acho que isso é fundamental. Então, a gente não tem como construir o nosso projeto político-pedagógico sem ser nesse espaço. Eu acho que isso é algo fundamental de falarmos, porque podem, em algum momento, falar “Ah, não, a gente dá outro prédio. Coloca vocês em outro lugar.” Não há sentido para a gente não estar nesse prédio. O prédio foi reformado e construído para esse projeto político-pedagógico, para os móveis e para as tecnologias que a gente tem na escola. Eu convido todos e todas se quiserem um dia visitar.

Além dessa conexão com o território da USP, a gente tem conexão com o território extra-USP também. Então, com o ponto, a gente tem feito muitos projetos, conversado com o pessoal do ponto, oferecendo formações também em conjunto. O Prof. Matheus tem estado com o pessoal do ponto de forma mais constante. A Prof. Flávia também já esteve. Com o próprio

Seade, que é nosso vizinho ali de prédio, a gente agora acabou de colocar um curso que vai se iniciar agora, em fevereiro, curso de Análise de Dados, em parceria com a Fundação Seade. Então, sem a Fundação Seade, ao nosso lado, também não faz sentido para a gente.

A Rede Butantã, a rede de entidades que a gente também costuma fazer parte, participar de algumas reuniões, também faz parte desse nosso projeto político-pedagógico. A gente constrói as coisas juntos nesse território. Então, para a gente não tem cogitação não estar nesse território nesse prédio em que a gente está hoje.

Hoje a gente oferece, na Etec Cepam tanto o Ensino Médio, com técnico, com a formação de serviços públicos, serviços jurídicos, quanto só o técnico, a formação técnica modular de serviços públicos, serviços jurídicos e desenvolvimento comunitário.

Hoje a gente tem, na escola, 400 estudantes, 50 funcionários fora outros terceirizados. Então, imaginem a quantidade de pessoas que seriam impactadas com uma possível saída da escola dali.

Logo que a gente ficou sabendo do que estava acontecendo, da possibilidade de a gente ficar sem o nosso espaço físico, eu levei ao gabinete do Centro Paula Souza a questão, e levantamos que o nosso território não é do Instituto Butantan. O nosso território pertence à Fazenda Pública do Estado. Então, é algo que a gente até não entende porque a Fundação Butantan coloca, em seu plano, o desenvolvimento, que é um território sob cessão temporária, porque não é. A gente hoje tem um termo de permissão de uso, que é por tempo indeterminado. Quem tem, por tempo determinado, é a Fundação Seade, mas esse território não é do Instituto Butantan, é da Fazenda Pública do Estado; e é a Fazenda Pública do Estado que vai alocar e decidir quem vai fazer parte desse espaço e hoje somos nós, por tempo indeterminado.

E a maior novidade que a gente pode trazer hoje aqui - depois vou até deixar o gancho para o pessoal do grêmio da Etec falar - é que, nessa semana, o grêmio está fazendo mobilização. Mandaram uma nota à Fundação Butantan. Fizeram uma assembleia e pediram respostas, pediram que a escola fosse retirada desse plano.

Ontem como parte dessa mobilização fizeram uma caminhada até à porta da

Fundação Butantan e os diretores nos receberam. Então, a falta de diálogo também existe com a gente, mas ontem até achamos estranho a forma como os estudantes foram recebidos.

É importante destacar que não houve também - como a Prof. Raquel falou - diálogo nenhum conosco. Nunca fomos informados de nada. Ficamos sabendo pela Sônia, pela movimentação que aconteceu com o ponto, que veio contar que a gente estava lá, de repente, nesse plano também.

E aí ontem então eles conversaram com os estudantes, primeiro de forma equivocada. Imprimiram um mapa, falando que era o mapa da situação pretendida. Entregaram o mapa, que era a situação atual, para os estudantes. Então, é o primeiro ponto de destaque. Querer enganar os estudantes é muito feio. A gente não pode fazer isso com ninguém.

E aí eles mandaram hoje para a gente um plano que falaram que eram um novo plano e que nenhuma dessas instituições estavam nesse plano. Até trouxe aqui. Imprimi para a gente compartilhar aqui. Acho estranho, nesse momento em que a gente está fazendo tanta mobilização, surgir um novo plano. Quando a gente olha o sistema, o CEI, que tem os processos de Condephaat e Conpresp, nenhum desses documentos que estão no sistema são conectados a esse novo plano.

Então, enfim, a gente não sabe que informação a gente confia, se realmente não estamos mesmo ou se estamos. Enfim, de qualquer forma, a gente continua aqui no diálogo e na mobilização, para que continuemos nesse espaço.

Então já mandei até no grupo lá que a gente tem de mobilização esse documento que a gente recebeu. Assim que eu conseguir, vou responder aos diretores também perguntando onde que esse novo plano está protocolado, porque a gente não sabe. Acho que ninguém aqui conseguiu entender como que, de repente, surgiu esse novo plano, mas, enfim, acho que é importante ficarmos atentos e atentas.

Só mais um destaque: a gente já tinha, também estava conversando com o mandato da Marina Helô, que está presente, eles também mandaram requerimento de informação ao Governo do Estado e até agora também não tivemos resposta. Então vejam quantas vezes a

gente está tentando diálogo, tentando informações, e até agora a gente não tem resposta. Tivemos esse novo plano, mas que a gente precisa olhar com muito cuidado e com muita parcimônia para entender o porquê esse novo mapa surge neste momento de mobilizações como a gente está fazendo.

Então é isso. Fico à disposição. Eu vou precisar pedir desculpas porque às 14h30 eu vou precisar sair, mas permaneço aqui até 14h30 também para colaborar com as construções, está bom?

Obrigada, vereadoras. Obrigada, pessoal. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Professora. Muito bom.

Olá, pessoal, agora presencialmente aqui junto com vocês. Eu queria chamar já em seguida o Prof. Dr. Ademir Lopes Júnior, que é do Centro de Saúde da Escola Butantã, é Diretor, que está aqui com a gente. Fique à vontade.

O SR. ADEMIR LOPES JÚNIOR – Boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer muito à Juliana Cardoso e à Luana Alves por esta oportunidade de estarmos dialogando aqui.

O Centro de Saúde Escola é um equipamento da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É um equipamento de saúde, ensino e pesquisa fundado em 1977 e que desde de 2020 tem uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e é a única Unidade Básica responsável de referência para 25 mil habitantes ali da região do Butantã.

Do ponto de vista de um equipamento de saúde como o nosso, é fundamental que a gente esteja dentro do território onde que a população tem acesso, que ela possa acessar facilmente, e essa é uma localidade que a gente tem ali no Centro de Saúde. Além disso, vale a pena falar que por ano nós temos mais de 300 alunos de graduação e de residência de vários cursos da Medicina, da Enfermagem, da Fisioterapia, da Fonoaudiologia, da Gerontologia. A gente desenvolve pesquisas voltadas para o Sistema Único de Saúde.

E o que nos surpreende, o Centro de Saúde em 2019 ficou sabendo do Plano Diretor que envolvia a expansão do Instituto ali para o território dos equipamentos. Na época a gente tinha feito uma reunião com o Instituto Butantan via Faculdade de Medicina, na qual tinha sido

acordado que a gente poderia se manter naquele espaço. Obviamente, como não teve nenhum documento desse processo, e quando foi agora em 2022, por meio do Conselho Gestor e dos usuários, a gente ficou sabendo que tinha esse novo Plano.

O que que é muito crítico? Primeira coisa, eu acho que vale a pena comentar, que todos reconhecemos a importância da ciência, a importância da pesquisa e a importância da vacina. O que está em jogo aqui é o processo que se coloca.

Se efetivamente a gente tem um interesse público, isso precisa ser feito de forma transparente, de forma dialogada com os equipamentos de saúde, porque afinal a gente não pode colocar apenas um lado da história interessado e sobressalente aos demais interesses. A gente tem interesse aqui do meio ambiente, a questão do urbanismo, a questão da saúde, a questão da educação, a questão do desenvolvimento tecnológico. Então, o que eu coloco como proposta para a Comissão é que a gente possa ter um espaço de diálogo efetivo para que o Plano Diretor respeite todos esses interesses das Etecs, do Centro de Saúde, do Alberto Torres.

Também concordo, como foi dito aqui anteriormente, não adianta falar, que nem eu ouvi em alguns momentos, que todos os equipamentos vão ser colocados dentro de um único terreno e que seriam deslocados.

O Centro de Saúde, da perspectiva de uma Unidade Básica de Saúde, tem uma estrutura invejável, se formos pensar bem. Ele tem 47 consultórios, a gente tem seis salas de grupo, além de todos os equipamentos, além de todas as salas administrativas, espaço aberto para a gente conseguir fazer as atividades junto com os pacientes. Então é impossível você falar “Olha, vou deslocar todos esses equipamentos e colocar num prédio”, como se eles simplesmente fossem objetos que não tivessem interesse social.

Então é a proposta que a gente coloca: na quarta-feira que vem, das 10h às 12h, no Centro de Saúde Escola, a gente vai ter uma reunião com os trabalhadores e usuários para discutir a questão do Instituto Butantan. Queria convidar todas e todos para estarem presentes também. (Palmas)

A SRA. LUANA ALVES – Quando vai ser, Ademir?

O SR. ADEMIR LOPES JÚNIOR – Quarta-feira, das 10h às 12h.

A SRA. LUANA ALVES – Quería só anunciar a presença de representantes do mandato do Vereador Celso Giannazi, do PSOL. Agradecemos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bom. Sejam bem-vindos.

Eu queria saber, como tem muita gente no virtual, eu não estou vendo se tem algum representante do Instituto Butantan e do Conselho Curador da Fundação Butantan. Tem alguém aqui presente presencial ou está no virtual? (Pausa) Porque tem muita gente e a gente não está identificando. Outra que a gente também não está conseguindo identificar é da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. (Pausa) Virtual? (Pausa) Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana? (Pausa) Não, não, não. E a Subprefeitura do Butantã está aqui? Tem dois representantes do Butantã no virtual. Bom, esses que eu não identifiquei.

Então vamos para o próximo, que é representante os discentes – é isso? – e docentes, que é a Prof^a. Mara de Andrade, que está aqui conosco. (Pausa) Está virtual? Eu vi uma Mara virtual. (Pausa) Então, se a Prof^a. Mara estiver, ela se pronuncia.

A SRA. LUANA ALVES – Vereadora, estou vendo aqui *on-line* uma representante da Supervisão Técnica de Saúde da região, Dra. Patrícia Moldan. Não sei se já fez uso da palavra, mas seria interessante também. (Pausa) Ah, ela ainda vai ter fala, então está bom, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então o próximo agora seria o Secretário de Governo, que não está; Instituto Butantan, que não está. Então agora Ivan, representando a Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. IVAN CÁCERES – Vereadora Juliana, boa tarde, Vereadora Luana aqui presente, demais parlamentares que estão de maneira virtual e todos os presentes, eu estou aqui hoje em nome da Secretaria da Saúde mais uma vez, já pela terceira vez. A primeira foi no Instituto Butantan para a gente equacionar essa questão, ouvindo naquela ocasião os membros da comunidade, da associação de moradores, enfim, todos os envolvidos na questão. Depois participamos de uma audiência pública aqui na Câmara Municipal de São Paulo também, e hoje

pela segunda vez.

Eu vou reiterar aquilo que a Secretaria Municipal de Saúde já colocou em processo. Está em processo SEI. Nós temos uma área cedida de 527 m², está lá, está na tela, está certo? E o seguinte, se você tiver o *slide* seguinte aí, vocês vão verificar a área sobre a qual se discute, a titularidade. Tem um traçado...

Acho que deu um problema aí agora. Tem um traçado aí que eu acho que saiu da tela.

Bom, de qualquer maneira é o seguinte: o que se discute inclusive são esses 527 m² que são de titularidade da municipalidade e, efetivamente, da Secretaria Municipal de Saúde por cessão à Secretaria Municipal, onde se encontra instalado o Ponto de Economia Solidária vinculado ao CAPS Butantã.

Já disse e repeti várias vezes a peculiaridade, a singularidade do serviço ali desenvolvido na área da saúde. Um equipamento dessa modalidade, com essa história, você não muda da noite para o dia de um espaço para outro, porque está envolvido um processo bastante complexo ali, não é tão simples, então você não vai apenas trocar de imóvel.

Existe a história do pertencimento, existe a história das pessoas que estão ali, além do aspecto econômico, que essa comunidade tem ali a oportunidade de fazer através da produção de alimento orgânico, que já é um exemplo isso aí, então não é dessa maneira que nós vamos sair. A Secretaria de Saúde fica ali, ela tem 537 m², ela é titular dessa área.

Isso já foi manifestado no processo que está tramitando na administração municipal. A posição da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã aqui presente, Dra. Margarete, a Coordenadoria Regional da Região Oeste e o próprio gabinete da Secretaria Municipal de Saúde manifestando que nós temos interesse em manter o serviço naquele espaço. (Palmas)

A questão que se debate aqui é desse conflito de titularidade de área. Então, resgatando documentos de 1898, 1930, para buscar uma titularidade. Eu tenho aqui na tela, vocês acabaram de ver, uma titularidade da Secretaria Municipal de Saúde. Então eu creio que quem deveria conversar, dialogar mais, são os principais interessados no assunto. Não se

discute o mérito de nenhum serviço ali instalado, inclusive do Instituto Butantan, reconhecido nacional e internacionalmente. Isso não se discute.

O que se discute agora é a peculiaridade de um serviço de saúde como esse Ponto de Economia Solidária do Butantã pelas razões que eu já expus, então eu não vou repetir mais. Nem creio que seja necessário a nossa supervisora falar, que ela está no território, conhece a fundamentação do trabalho ali desenvolvido, o exemplo desse trabalho não só na comunidade paulistana como até no País e internacionalmente. Então você não vai deslocar um equipamento desses da noite para o dia sem um diálogo mais alongado. Então eu acho que quem deveria estar explicando aqui não está. A nossa posição da Saúde é essa, manifestada em processo público.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Ivan. Ivan, deixe eu perguntar uma coisa. Eu sei que no último encontro que a gente teve vocês iriam fazer um encaminhamento de documentação fundamentando isso para o Instituto Butantan. Foi feito? Eles deram retorno ou também estão...

O SR. IVAN CÁCERES – Vereadora, respondendo, tudo está sendo tratado em um processo SEI. Eu tenho o último despacho aqui, se não me engano... Eu estou acompanhando isso aqui. Só um minuto que eu já localizo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sim, sem problema.

O SR. IVAN CÁCERES – Eu tenho um despacho do dia 5. Não localizei aqui, mas é do dia 5. Eu acho que é a Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Municipal. Porque agora a questão já não é mais administrativa, isso ou aquilo; é discutir titularidade, é discutir o patrimônio, de quem é aquela área. Porque foi juntada nesse processo uma série de documentos para provar uma pretensa titularidade. Eu tenho uma efetiva aqui que eu mostrei em tela. Então a discussão está em cima de titularidade de área, de patrimônio, essa questão.

Enquanto isso não se resolve, eu vou dizer à população, a todos aqui presentes, no que se refere à saúde, que vocês fiquem tranquilos. Nós estamos atentos. Não pensem que

porque às vezes não fala periodicamente... A gente está acompanhando, sim. Aqui está a nossa Supervisora Técnica de Saúde do território e eu, em nome do gabinete da Secretaria, reafirmando nosso interesse naquele espaço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Ivan.

Quero anunciar a presença da Cássia, que está representando o gabinete do nosso sempre Senador Eduardo Suplicy, agora Deputado Estadual.

A Vereadora...

A SRA. LUANA ALVES – Pode começar pela Cássia que depois eu falo, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então o Chefe de Gabinete da Subprefeitura do Butantã... (Pausa) Ah, o Chefe de Gabinete do Instituto Butantan. Muito bem. Me parece, vamos ver, que virtual a gente está bem...

- Falas concomitantes.

A SRA. LUANA ALVES – ...Instituto Butantan, Fundação Butantan, vamos ver...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pode, por favor, se apresentar. (Pausa) Ah, não. Então é o Alessandro, que é da Subprefeitura do Butantã. Alessandro, então você, por favor, está com a palavra. Obrigada.

O SR. ALESSANDRO DI CARLO FORMIGONI – Boa tarde, Vereadora Juliana, boa tarde a todos da Mesa, companheiros que estão...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Alessandro, está bem baixinho o seu áudio. Pode aumentar um pouquinho?

O SR. ALESSANDRO DI CARLO FORMIGONI – Eu vou falar um pouco mais alto. Todos me ouvem melhor agora?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Bem ruim. Não tem um fone de ouvido?

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. ALESSANDRO DI CARLO FORMIGONI – Não (ininteligível) só para corroborar a palavra do Ivan, que bem falou aí. O meu corpo técnico fez um estudo de titularidade

da área. É inequívoco que pertence à municipalidade e está cedida à Secretaria de Saúde. Então é uma batalha que a gente conseguiu provar, no meu entendimento, que não tem por que o Instituto Butantan dizer que essa área é de propriedade dele.

A inicial do projeto do processo do SEI, eles mencionaram até de uma forma deselegante a (ininteligível) da municipalidade (ininteligível) processo, uma ação por espúrio ao qual a municipalidade estava se apropriando de uma terra deles e levantaram uma questão processual por espúrio, que a gente afastou pelo estudo feito pelo nosso corpo técnico.

Então só para dizer que a gente está junto com o Ivan aí e é de propriedade da municipalidade, no nosso entendimento. Está *okay*, pessoal?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Alessandro, ficou bem prejudicada mesmo a sua fala. Mais ou menos a gente entendeu alguma coisa, mas me parece que também tem a Lúcia que está acompanhando você. Será que ela consegue resumir melhor?

A SRA. LÚCIA – Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ah, sim, está bem melhor.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. LÚCIA – Acho que porque estava dobrado (ininteligível). É exatamente isso, a documentação já foi toda apresentada. O fato é que, inclusive acrescentando, o Instituto Butantan cita o Sara Brasil e sequer coloca o Sara Brasil como referência de imagem, com uma área que seria deles, mas (ininteligível) os nossos levantamentos da Prefeitura de desapropriação são feitos por trabalho fotográfico, planialtimétrico cadastral, não é um risquinho traçado de qualquer forma, muito menos de 1930 que foi feito sobre uma visão aérea, que pode ter alguma imprecisão.

Então é isso (ininteligível). É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Então vou passar a palavra para a Vereadora Luana, porque hoje, terça, quarta e quinta é um dia agitado aqui na Câmara e fora dela, por conta das comissões. Então, Luana.

A SRA. LUANA ALVES – Bom, gente, mais uma vez boa tarde. Gostei muito de

escutar a fala da Secretaria Municipal de Saúde mais uma vez, fiquei bastante contente, em especial a fala do Ivan Cáceres e também a fala da Subprefeitura do Butantã.

Eu sei que temos muitos estudantes aqui. Eu acho sempre importante colocar as coisas. A Subprefeitura é como se fosse uma prefeitura regional, então ela tem um poder de voz bastante importante sobre as decisões tomadas em certos territórios, em certo bairro. Então a posição da Secretaria Municipal de Saúde e da Subprefeitura do Butantã, que se reivindica o espaço especial do EcoSol para que ele fique onde está, é muito importante para a gente, então queria apontar isso.

Mas eu queria trazer também alguns dados a mais, assim. Desde que a gente começou essa discussão, ela... sobre a... chegou primeiro primeiro no Ecosol, depois, no CSEB; depois, no Alberto Torres, no Cepam. A coisa é toda muito confusa. A questão é toda muito confusa. Uma hora vem uma informação, outra hora, vem outra informação; mostram determinado Plano Diretor, logo depois, mostram outro Plano Diretor; falam para o Cepam, por exemplo, que ele não está incluído; depois, falam para o CSEB que não está incluído.

Então, conversando com cada um dos atores envolvidos, a gente consegue ver um padrão da atuação que o instituto está tendo infelizmente.

Já falei numa audiência e vou repetir: ninguém está questionando a importância do Instituto Butantan para a ciência nacional, para a produção de vacinas. A sua importância é absoluta, mas a maneira como está sendo feita toda essa movimentação está muito ruim. A coisa não está sendo colocada de forma nítida, às claras, de qual é o plano e de como se pretende fazer isso.

Quero trazer, também, alguns dados sobre o Instituto Butantan para meus colegas Vereadores e para todos que estão envolvidos nessa atuação.

Na primeira reunião que a gente teve no Instituto Butantan para tratar dessa questão, alguns mandatos estavam presentes, um dos diretores jurídicos estava presente, e fiquei muito surpresa ao saber que, na verdade, não era um diretor jurídico do Instituto Butantan, mas, da Fundação Butantan que é uma entidade de direito privado que tem, cada vez mais, poder dentro

do Instituto Butantan.

Vou tentar me fazer um pouco mais nítida: o Instituto Butantan é uma instituição pública. Só que existe uma Fundação Butantan que é como se fosse assim: se o Instituto Butantan fosse uma escola, a Fundação seria uma espécie de APM, é um direito privado que seria uma instituição de suporte a uma instituição pública. Só que o que a gente está vendo é que a Fundação Butantan está, cada vez mais, tomando as decisões do Instituto Butantan, inclusive, representando-o em reunião com parlamentares.

Então, temos um problema muito mais sério. O que a gente está vendo é que tem uma fundação de direito privado que está definindo quais vão ser os caminhos do Instituto Butantan. Isso é uma coisa muito grave.

Eu queria lembrar a todos – os senhores devem estar vendo o jornal nos últimos meses – que o afastamento do ex-diretor do Instituto Butantan Sr. Dimas Covas que se envolveu, a gente sabe disso, em questões relacionadas a irregularidades financeiras e corrupção, teve a ver com a relação do Instituto Butantan e da Fundação Butantan.

Queria fazer o convite para que todos leiam os jornais recentes e sobre a relação entre a Fundação Butantan, Instituto Butantan. Uma relação que, inclusive, foi o pivô da retirada do Sr. Dimas Covas.

Então, a questão é que, evidentemente, esse aumento da necessidade de produção não está sendo seguida por uma prática que uma instituição pública teria. Uma instituição pública estadual não teria esse método de tratar com outras instituições públicas, agora, uma fundação privada teria. Esse é um pouco da raiz do que a gente está enfrentando neste momento.

Porque eu entendo que se quer aumentar a produção de vacinas, mas não se quer aumentar no sentido de que uma instituição pública queira; é uma instituição privada, que quer fazer negócios privados e se localizar no mercado farmacêutico dessa forma. Dessa maneira, não dá para a gente atuar.

Felizmente, a gente tem uma série de documentações que mostram que aquele pedaço, área do centro de saúde-escola, por exemplo, também a área do EcoSol são cedidas à

Secretaria Municipal de Saúde. Então, esse é um entrave muito grande, mas o que eu queria dizer aos senhores: a gente precisa tratar com o Instituto Butantan e não com a Fundação Butantan. A gente precisa tratar com o Instituto, com o Governo do Estado de São Paulo, não com uma instituição privada que vá agir como instituição privada, mas com uma instituição pública que tem responsabilidade sobre o bem comum e sobre outras instituições públicas.

Essa é uma questão muito central do que a gente está enfrentando.

Ontem estive na Etec Cepam e coloquei isto – quero aproveitar a oportunidade para falar a todas instituições presentes -: é muito fundamental que se tenha um comitê de todas as cinco instituições que estão sendo prejudicadas por esse Plano Diretor, que são o SEAD, o Centro de Saúde e Escola do Butantã, Etec Cepam, o Eco Torres e o EcoSol. É muito importante que se tenha uma espécie de grupo unificado para que consiga atuar e se defender de forma unitária. Essas cinco instituições juntas, equipamentos de educação, saúde, cultura, vão ter muito mais força para poderem enfrentar o que está acontecendo neste exato momento.

A Câmara Municipal é uma aliada. Estou vendo que a Secretaria Municipal de Saúde se colocou também numa posição de defesa dos serviços, mas acho que uma atuação unificada de tudo e de todos é muito fundamental. É óbvio que não se está mexendo um uma coisa qualquer, mas com o bem-estar das pessoas, com os usuários do CSEB, com pais e alunos de jovens da Etec Cepam, com ex-alunos da Etec Cepam, com os trabalhadores da SEAD e com todo mundo que tem referência no EcoSol. É um grupo grande de pessoas que está sendo bastante prejudicado e que, com certeza, vai querer se mobilizar para isso.

Então, eu queria deixar esse recado para que exista esse grupo unificado das cinco instituições e que a gente consiga colocar que a luta não é contra o Instituto Butantan, pelo contrário, mas essa necessidade que é apresentada pelo Instituto, primeiro, não seja vocalizada por uma fundação privada; que o Instituto consiga falar e negociar por si só; segundo, que essas necessidades de expansão na capacidade de vacina seja feita de uma forma planejada, de forma que não prejudique outras instituições.

É isso.

Mais uma vez, parabéns pelo debate e pela audiência. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Equivoquei-me em não chamar para compor a mesa o Conselho Regional do Meio Ambiente e Cultura de Paz do Butantã, peço para o Hélio, representante do Cades. Inclusive, ele tem uma apresentação. Desculpe-me por esse início de confusão, em que a pessoa está virtual. Fique à vontade.

O SR. HÉLIO – No caso da apresentação, eu queria apenas fazer uma fala, primeiramente, agradecendo o trabalho dos Vereadores nesta audiência, Vereadora Juliana e Vereadora Luana, e os representantes das várias instituições que estão presentes.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. HÉLIO – Reforçando a colocação da Vereadora Luana, o Instituto Butantan está sendo usado pela Fundação para seus fins privados. O faturamento da vacina está na fundação.

Não há necessidade de ampla destruição do meio ambiente da área tombada e dos vizinhos públicos para ampliar a industrialização do Butantã. A localização do Instituto Butantan está em área de ensino e residencial já consolidadas. Não há áreas para instalações de apoio necessárias para milhares de funcionários industriários já alocados ou futuramente dentro dos planos estratégicos do Butantã.

A localização da industrialização e expansão não precisa em nada estar junto das pesquisas. As vacinas que vieram da China provam isso, mas, preferencialmente, devem estar localizados junto de fornecedores e parceiros em áreas já adequadas e desenvolvidas no Brasil. Essas áreas estão ao longo da Rodovia Castelo e, coincidentemente, o próprio Instituto dispõe de uma ampla área no quilômetro 44 que pode ou não ser usado para isso, mas são outras áreas que deveriam ser procuradas para isso.

Finalmente, eu gostaria de falar que o Sr. Dimas Covas, ao mesmo tempo em que elogia um parque arborizado na cidade de Batatais que é a sua terra natal, dirige no Instituto Butantan a grande destruição de área arborizada do Instituto.

Era isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Hélio. A gente ficou só na primeira página. Era só uma página mesmo? (Pausa) Tinham outras. Vai passando só para a gente poder saber do que ele estava falando.

Sônia, pegue o microfone no canto.

A SRA. SÔNIA IMPÉRIO HAMBURGER – (A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção).

Essa área em vermelho é a que foi desmatada para a construção do Biotério e aquela outra área vermelha foi desmatada para a construção do Laboratório de Biologia.

Pode virar.

Aqui é o projeto do Instituto Butantan que indica os prédios que serão demolidos. Então, todo esse cor de rosa seria demolido: a Escola Alberto Torres, o Ponto de Economia Solidária, as outras construções, as casinhas que são antiga moradia dos funcionários do Instituto Butantan; e a transferência da área de pesquisa para dentro do bosque e essa flecha cor de laranja, portanto, a supressão de muitas árvores; e a área industrial na área das flechas cor de rosa.

Pode passar.

Lá em cima tem a Etec Cepam, então, a área que eles pretendem que seja incluída no Instituto Butantan inclui a Etec Cepam e, também, espaço lindeiro da avenida da USP. Eles pretendem construir mais uns prédios ali, todos esses no meio do bosque mais novas construções, inclusive, na beirada do bosque onde tem nascente, dois prédios onde é o Centro de Saúde e Escola e todos esses prédios novos que é o polo industrial verticalizado, como chamam.

Pode virar.

Então, eu não sei, exatamente, o que o Sr. Hélio ia falar, mas tem o industrial, a pesquisa, e eles chamam de área de manejo o bosque que fica muito prejudicado, e as nascentes eles não mostram mais.

Pode passar.

Aqui o Sr. Hélio estava mostrando a Fazenda São Joaquim que é outro espaço do Instituto Butantan que poderia ser, talvez, uma alternativa para expansão da produção de vacinas e que, também, teria possibilidade de se expandir mais depois.

Pode passar.

Acho que era isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

Vou fazer a última chamada das pessoas que estavam aqui porque já vamos abrir para o plenário. Então, Escola Estadual Alberto Torres, professora Mara.

O SR. ARTUR – Boa tarde, não sei se você me ouviu. Quem fala é o coordenador da escola.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Perfeito. Então, se apresente.

O SR. MARCOS BARBOSA – Eu estava participando de um evento na escola, e, infelizmente, não consegui acompanhar toda a reunião, mas vou me posicionar em nome da Escola Alberto Torres. Meu nome é Marcos Barbosa; sou coordenador pedagógico da Escola Alberto Torres e estou representando o grupo de professores; nós temos um colegiado composto por vários professores da unidade que estão acompanhando a questão desde que ficamos cientes do risco que a escola corria com interesses do Instituto Butantan e da Fundação Butantã no terreno que a escola ocupa, no projeto que ela tem; também tem representação dos alunos do grêmio estudantil da escola que estão se mobilizando porque estão sabendo do que está acontecendo, conseqüentemente, fazendo parte desse coro de pessoas que está lutando pela escola.

Vou contar um pouquinho da jornada de como tudo isso tem acontecido conosco desde praticamente o ano anterior, para ser mais exato: final de 2021, a gente teve uma obra na escola que é a do Laboratório de Ciências, cuja obra foi interrompida, quer dizer, paralisada, de uma hora para outra, todos os funcionários de uma licitação que havia na escola deixaram de

ocupar o local, deixaram a obra pela metade; ficou um monte de entulho, tudo solto e largado.

A orientação que nós tivemos era de que a obra tinha sido interrompida por problema na licitação. Indo atrás dessa informação, começamos a fazer essa associação entre o interesse do Instituto Butantan e a paralisação da obra, quer dizer, param de implementar verba pública na escola porque, de alguma maneira, o terreno ocupado pela escola é de interesse do Instituto Butantan que tem um planejamento de ocupação desse espaço para construir estacionamento e construção de fábrica.

Desde então, tentamos descobrir o que havia. Mandamos cartas para várias autoridades que fazem parte, vamos dizer, o percurso natural para buscar essa informação. Tentamos contato com a Secretaria de Educação, com a dirigente de ensino, com o Instituto Butantan através do Dimas Covas e outras instituições: através de carta tentamos falar com o Governador do Estado de São Paulo.

E, infelizmente, ninguém nos respondeu. Só mais para a frente, praticamente, no meio do ano de 2022, conseguimos uma resposta do Instituto Butantan dizendo que não estava no projeto deles fazer o uso ou a ocupação desse espaço para as obras de extensão do Instituto Butantan. Uma resposta que veio através de uma carta, de uma solicitação do Giannazi, eles se comprometeram dizendo que não havia interesse, não fazia parte do projeto deles a utilização desse espaço.

A gente até ficou feliz, nossa, que bom, parece que não há um interesse. Veio um documento oficial. Porém, logo em seguida, em outubro, veio a apresentação do Plano Diretivo do Instituto Butantan, no qual havia justamente obras ou ocupação do espaço em que a escola está. Começou, novamente, uma mobilização, um grupo de professores começou a buscar informações, entrou em contato com várias autoridades para tentar entender o que está acontecendo.

A problemática é: a comunidade em momento nenhum foi consultada; não conversaram com a gente; atende-se mais de 400 alunos nesta escola, muitos dos que aqui estudam é por causa específica da localização da escola que é privilegiada, porque é de fácil

acesso a transportes; muitos escolhem essa unidade escolar para que possam vir de zonas mais afastadas de São Paulo a fim de utilizarem esse aparelho educacional porque, além da qualidade, tem uma tradição, são 90 anos de serviços prestados à comunidade escolar.

E simplesmente nada foi consultado, conversado ou dito a esses membros da comunidade e alunos. Tem também os profissionais que ali trabalham, muitos estão há cinco ou seis anos, uma equipe consolidada, com um trabalho estabelecido na região, um trabalho de qualidade. Tanto que várias vezes a escola está entre as melhores classificadas nos exames; o grupo de profissionais que ali trabalha já está habituado com a escola e não foi consultado, simplesmente, vem a informação de que havia o interesse do Instituto Butantan em ocupar esse terreno – e, supostamente, o terreno é dele, embora a gente tenha a informação de que o terreno foi concedido para a Secretaria de Educação, ou melhor, para a Secretaria de Saúde que transferiu para a Educação para que a escola fosse construída há mais de 90 anos.

A gente não tem a menor ideia de qual a posição da escola nessa estrutura. Há uma proposta de outro local para que a escola ocupe? Há alguma ideia de informar essa comunidade para que ela possa se planejar para que ela procure outro local? Para que matricule seu filho de uma hora para outra? Como é que está o andamento disso? Como a escola se coloca nesse percurso do interesse do Instituto Butantan no nosso terreno? O que acontecerá conosco?

Acho que essa falta de clareza, falta de boa vontade de nos comunicar, nos consultar, fazer conosco um diálogo, e pior: muitas vezes nos dar informações que não coincidem com a verdade, quando eles falam que não há interesse da instituição em fazer a ocupação desse terreno, e logo em seguida aparece um Plano Diretor com a proposta de ocupação desse espaço; ou seja, essa falta de diálogo e clareza deixa um incômodo gigantesco na comunidade. Os pais, os alunos, o conselho de escola, todo esse grupo de pessoas procura, desde sempre, desde que ficou sabendo, informações sobre o que está acontecendo, mas nunca conseguiu, de forma clara, uma resposta do Butantã e muito menos das autoridades também consultadas. Daí esse tom de indignação de como a escola, um aparelho extremamente importante, com 90 anos, com um legado, que atendeu a milhares de pessoas que por aqui passaram, mas que em momento

nenhum foi defendida nesse processo. O impacto é gigantesco e é impossível que ninguém dê algum tipo de atendimento especial para esse aparelho ou tenha um diálogo com ele.

Então, é mais neste sentido a minha a pergunta: a indignação e a opinião desse grupo de pessoas que, de alguma maneira, está tendo (falha na transmissão do áudio), nas nossas vidas, nos nossos projetos e nos nossos planos, e qual é o andamento, como vai ser feito esse (falha na transmissão do áudio) apresentada (falha na transmissão do áudio) neste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Professor Marcos. Só gostaria de esclarecer um item, já que o senhor participou do início desta atividade. A área onde está o Eco ponto, a Secretaria de Saúde está dialogando com a relação da titularização. Ela não tem a ver com toda a área dos outros equipamentos. Do jeito como o senhor falou, parece que toda a área foi para a Saúde, mas não; especificamente é a área do Eco ponto. Só para ficar claro.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ah, desculpe. É EcoSol. Nem sei porque eu citei o Eco ponto, mas é o Ponto de Economia Solidária, que está na área da Saúde.

Passo agora a palavra para a Vereadora Luana, que vai se despedir.

A SRA. LUANA ALVES – Vereadora Juliana, eu queria que, infelizmente, eu vou ter que sair, mas eu acho que estão muito boas as falas e as intervenções de todos e das instituições estão muito boas. Eu sei que o Grêmio do Cepam está com um calendário de lutas e eu acho que é importante todo mundo se somar. Eu sei que já estão acontecendo todo tipo de reuniões, e a gente tem que seguir nessa campanha, nessa luta em conjunto com todas as cinco instituições afetadas e com toda a comunidade da região do Butantã.

Conversando há pouco com o representante da Saúde, a gente espera não ter nenhuma notícia ruim na virada do ano, que tudo continue de pé. Como eu sei que todo mundo que trabalha vai ficar até o dia 22 no EcoSol, caso haja qualquer movimentação estranha, que procurem a nós e a Secretaria de Saúde. Claro que o mais provável é que nada de ruim aconteça, mas a gente nunca sabe, e não dá para contar muito com o bom senso; a gente sabe como funciona. Por isso, qualquer tipo de movimentação esquisita, como a que já aconteceu na

EcoSol, quando uma máquina foi por trás, nos acione, porque nós vamos estar ali para tentar fazer alguma coisa de forma emergencial e, se necessário, algum tipo de ação de defesa.

Obrigada, gente. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Vereadora Luana.

- Aplausos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Saúde também já vai se retirar, mas antes eu gostaria de informar que há uma lista de inscritos que querem se pronunciar. Esta Mesa tinha a perspectiva de que o Instituto Butantan estivesse aqui presente, uma vez que ele não compareceu na audiência pública do Estado. Inclusive aqui também presente há um número muito expressivo de representantes vinculados a deputados estaduais, a vereadores e a uma deputada federal, no meu caso. Apesar de eu ainda estar como Vereadora, porque só assumo o meu novo cargo efetivamente no dia 1º de fevereiro, eu gostaria de já fazer uma sinalização a todos esses deputados e vereadores sobre uma possível audiência – com a participação de alguns representantes do movimento, que já estão bem organizados – com a Secretaria e com a presença de representantes do Instituto. O convite será passado à Secretaria de Saúde, sob a perspectiva do entendimento que a gente tem desse serviço público, que é importante e reconhecido nacional e internacionalmente, além de dar peso para a discussão com a Secretaria.

Então, além de agradecer à Secretaria, eu gostaria de deixá-la de sobreaviso.

Obrigada, Ivan e doutora.

Como o Plenário começa às 15h, temos apenas 20 minutos sobrando. Por isso, quem já teve a fala contemplada, por favor, nos ajude a passar mais rapidamente para os encaminhamentos mais gerais. A partir de agora, as inscrições estão encerradas para dar tempo de passarmos aos encaminhamentos. Na lista dos que estão presentes virtualmente, está inscrita para falar a Sra. Martha Delbuque Pimenta, da Rede Butantã.

A SRA. MARTHA DELBUQUE PIMENTA – É rápida a minha colocação, Vereadora.

Eu sou vizinha do Butantã, moro bem próxima do Instituto e queria lembrar que, pelo metrô ao lado, essa área é de desenvolvimento urbano e, por conta disso, está tendo uma verticalização

enorme, que, acredito eu, só aumenta a necessidade de serviços públicos, que estão sendo ameaçados. São muitos os estúdios pequenos, que, com certeza, vão aumentar a demanda por serviços de saúde e de educação, de saúde mental, que aumentou com a pandemia, como a gente sabe, e o Ponto é um espaço que trata da saúde mental de todos da região.

Outra coisa para a qual eu queria chamar atenção é o impacto no trânsito, e eu acredito que, independentemente até de todo o plano expansionista, o Instituto Butantan tem que pensar na questão da abertura do parque, no qual é espera receber muita gente e, para tanto é preciso que haja um planejamento de divulgação de como chegar com transporte público a fim de não estimular o uso de carros e de ônibus fretados.

Era só isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Martha.

Tem a palavra o Sr. Renê Costa, membro da Rede Butantã.

O SR. RENÊ COSTA – Boa tarde. Eu queria frisar que o Instituto Butantan se baseia e se utiliza da ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Quando a gente observa o conjunto de ações, a gente percebe a quantidade de degradação e supressão de serviços públicos, que vão afetar a qualidade de vida da população. Então, a minha a minha fala é neste sentido, de que é um parque que vem promover diversas degradações ambientais e supressão de serviços públicos que afetam a qualidade de vida da população.

Era só isso que eu gostaria de visibilizar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Renê.

Tem a palavra o Paulo Eduardo. (Pausa) Não. Tem a palavra a Fabiane Aparecida Moreno Garcia. (Pausa) Não. Tem a palavra a Daphne Denise Marie. (Pausa) Não. Tem a palavra a Maria de Lourdes Zuquim.

A SRA. MARIA DE LOURDES ZUQUIM – Bom dia a todos e a todas. Parabenizo a Vereadora pela iniciativa. Eu sou professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e do Laboratório NAPPLAC e, em conjunto com outros laboratórios da Universidade, da FAUUSP, e do curso de Psicologia da USP, nós temos um trabalho de ensino de extensão e de

pesquisa muito intenso com o Ponto de Economia Solidária. É uma contribuição muito importante na formação de recursos humanos da Universidade de São Paulo, que a gente defende que não só continue como seja ampliado em escala.

Em relação à questão do Plano Diretor e às questões ambientais, eu acho que todos os colegas já as abordaram, e eu não vou retomar. A FAU-USP, à qual também pertence a Raquel, se põe à disposição para todos os trabalhos que forem necessários, não só ao apoio à comunidade, mas a tudo o que for necessário.

Agradeço a oportunidade da fala e bom dia a todos e todas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Maria de Lourdes.

Tem a palavra a Maria Fernanda Barcelos de Oliveira. (Pausa) Não. Xenia Souza, Coordenadora do CPM Butantã. (Pausa)

A SRA. XENIA SOUZA – Boa tarde a todos. A minha fala foi contemplada pela Vereadora Luana Alves e pela Martha. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra Dumara de Lima. (Pausa) Não. Agora vamos passar para os inscritos presencialmente. Mariah Gonçalves de Paula.

A SRA. MARIAH GONÇALVES DE PAULA – Oi, gente. Eu sou a Mariah Gonçalves, secretária-geral do Grêmio Estudantil da Etec Cepam. Eu acho que a Erica forneceu um contexto bom: a gente estava sendo bem mal comunicado sobre as coisas, e realmente não está havendo transparência em relação às informações. Assim que a gente ficou sabendo, a gente começou a traçar mobilizações dentro da nossa escola. A gente começou a nossa paralisação ontem, e amanhã vai ser o último dia. Ontem a gente fez um ato e fomos para a frente da porta do Instituto tentar conversar com eles, e fomos recebidos pelo Diretor Jurídico Paulo Capelotto. Na verdade, foi um contato bem desrespeitoso, porque eles chegaram com uma tratativa como se os estudantes não soubessem de nada, como se a gente tivesse completamente alienado à situação, e tentaram enganar a gente, falar que o Plano Diretor que a gente tinha nas mãos era mentiroso, que a gente estava mal informado sobre a situação e que eles nunca quiseram despejar a Etec ou qualquer instituição. A gente mostrou o Plano Diretor que a gente tinha em

mãos para ele, que declarou que aquele Plano Diretor estava desatualizado e que eles teriam um suposto Plano atualizado, que não previa o despejo de nenhuma instituição. A gente perguntou onde estava esse Plano, porque o único que eles tinham publicado oficialmente era o que a gente conhece, no qual estão previstos os despejos. A gente vasculhou o processo inteiro e não existe qualquer Plano atualizado que não preveja a derrubada das instituições.

Hoje de manhã, a gente recebeu um *e-mail* com esse suposto Plano atualizado, mas esse *e-mail* não tinha nenhuma assinatura, não era algo oficial; inclusive esse Plano atualizado parecia um *slide* e não era como o outro, que contém 70 páginas, com coisas escritas e com imagens também. Esse suposto Plano atualizado continua não estando presente no SEI e continua não estando publicado oficialmente. A gente, portanto, reitera que quer saber onde está esse Plano e se eles vão postá-lo oficialmente, porque a gente precisa de informações concretas. Queremos também saber qual Plano foi aprovado no Condephaat, porque o SEI aponta que o Plano foi aprovado pelo Condephaat, mas a gente não sabe qual Plano e se esse tal Plano atualizado existe.

Por tudo isso, a gente está travando uma mobilização para amanhã. Novamente a gente vai até o Instituto para saber das informações, porque, como a gente está vendo, eles não estão presentes aqui. Inclusive ontem o Diretor Jurídico da Fundação citou o LINDB para a gente, mas cadê a publicidade? Eu não estou vendo o Plano Diretor que eles disseram ter postado e estar atualizado e publicizado. Eu não os estou vendo tentar conversar com a gente, eu não estou vendo transparência. Então, não adianta ele citar o LINDB para a gente, como se a gente não conhecesse essas coisas, como se a gente tivesse completamente alienado, sendo que eles nem apareceram ontem na audiência para a qual a gente os convidou.

Eu acho que eles estão sendo muito desrespeitosos com a gente, e ontem foi um claro exemplo disso. Mas a gente precisa de informações e a gente não vai sair do nosso território, a gente não arredar, a gente vai lutar pela nossa permanência, porque a gente faz muito sentido dentro da universidade e das outras instituições também, porque a gente também faz Ciência. Eu acredito que o Instituto Butantan é uma instituição muito importante, e todo

mundo sabe disso, mas o que a gente está vendo é uma privatização velada do Instituto. Ontem quem recebeu a gente foram todas as pessoas da Fundação. É uma empresa privada tomando as rédeas, tomando as decisões políticas de um órgão público.

Portanto, a gente precisa de respostas e é por isso que a gente vai travar um ato amanhã, ao meio-dia, em frente ao Instituto; as outras instituições também estão convidadas.

É isto: a gente não vai sair porque o território também é nosso e a gente vai lutar pela nossa permanência. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

Tem a palavra Mario Balanco.

O SR. MARIO BALANCO – Oi, pessoal. Eu queria pedir licença para fazer aqui uma intervenção que eu acho de extrema importância e que tem muito a ver com o que a Vereadora Luana citou sobre a relação Instituto Butantan e Fundação Butantan. Para vocês terem uma ideia, hoje a Fundação Butantan tem um saldo em dinheiro de cerca de 2,5 bilhões de reais. Esse dinheiro é basicamente da venda de vacinas, dinheiro do Sistema Único de Saúde, pago pelo Governo Federal e que, na minha opinião, deveria ser investido em saúde. No entanto, o que a gente enxerga nessas obras faraônicas – construção de garagens verticais e derrubada de matas nativas – é que não têm nada a ver com saúde.

O Instituto Butantan tem uma tradição, se eu não me engano, já de mais de cento e poucos anos. O Instituto tem 400 funcionários apenas, faz décadas que não tem concurso público, e, desses 400 funcionários, 120 são pesquisadores. A Fundação, que tinha 300 funcionários, hoje tem 3,6 mil funcionários. Então, há um conflito – viu, Vereadora -, um conflito de interesse extremamente sobre a questão do dinheiro público. Quem administra o dinheiro público tem que ser o setor público, não o setor privado. E a postura da Fundação Butantan é uma postura, e está no estatuto: é uma fundação de direito privado administrando dinheiro público.

E tem a cereja do bolo, que eu vou falar agora, que eu acho que os Vereadores têm uma função importante a exercer, eu faço essa proposta. Hoje nós recebemos um documento

onde consta o cancelamento, a suspensão de quatro concorrências públicas, que envolvem inclusive a EcoSol, projetos esses que equivalem a 750 milhões de reais. Quem fez os projetos de arquitetura é um escritório particular. O Instituto Butantan é tombado pelo patrimônio público. Então, tudo o que você fizer de modificações tem que passar pelo Condephaat e pelo Conpresp. E o Presidente do Condephaat é simplesmente o dono desse escritório de arquitetura que está fazendo o projeto. Conversando com arquitetos amigos nossos, eles dizem o seguinte: o valor de um projeto equivale a 4% a 10% do valor do projeto. Ou seja, para esse projeto de 750 milhões de reais, o escritório de arquitetura está ganhando entre 30 milhões e 75 milhões de reais. Eu acho que é função do setor público, dos Vereadores, pedir esses contratos todos, porque é dinheiro público. Também deputados poderiam fazer esse tipo de coisa. Porque, pelo que estamos descobrindo, pessoal, por si só o movimento já é vitorioso.

Essa denúncia da *Folha de S.Paulo* veio muito ao acaso, de que houve desvio, excesso de orçamentos acima do mercado e por aí afora. Estamos destampando um bueiro que acho que é muito fedido, que é a podridão que está tendo dentro da Fundação Butantan, que é de direito privado. O que aconteceu agora é que o Dimas saiu da Presidência do Instituto Butantan e virou Superintendente da Fundação Butantan. Entrou, trocaram-se seis por meio meia dúzia, ou seis por doze, porque a Fundação Butantan é quem tem dinheiro, e ele vai administrar esse dinheiro. E, aí, tem funcionários que ganhavam 7,9 mil reais e estão ganhando 79 mil reais. A denúncia é que tem pesquisadores dentro do Instituto Butantan que estão putos da vida porque eles não têm aumento há “n” anos, e os pesquisadores contratados via Fundação ganham o dobro, sendo que os do Butantan passaram por carreira, concurso público *etc.*

Estou citando isso porque tem tudo a ver com a nossa luta porque é muito sério, o problema é mais embaixo. Então, acho que o movimento está de parabéns. Nós já criamos lá na região um movimento em defesa dos equipamentos públicos, porque envolvem todos esses equipamentos, e que tem chance de se ampliar ainda mais. Acho que este é o momento de se chamar o Presidente do Condephaat aqui na Câmara Municipal para explicar essa contradição que existe entre ser dono de uma empresa e ao mesmo tempo ser Presidente do Condephaat,

em que você aprova ou desaprova o projeto. Explicar para a gente, enquanto cidadãos que pagam impostos, se não existe conflito de interesse nessa questão. Para mim existe, e muito. Só por isso, deveria ser cancelada qualquer aprovação vinda do Instituto Butantan junto ao Condephaat; no mínimo, porque isso é um absurdo. Não estou falando que há roubo ou coisa parecida, mas moralmente é inadmissível.

Então, deixo aqui essa proposta. Agradeço o espaço, agradeço a Deputada Juliana Cardoso e a todos os Vereadores e Deputados que estão envolvidos nessa luta, que é uma luta unificada; e vamos para a luta. O CSEB fica, o Alberto Torres fica, o Ecosol fica, a Etec fica. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito obrigada. Agora eu chamo a Francieli. Em seguida, já peço para o Victor Guerreiro ficar próximo, assim como Teo Silva, do Grêmio. (Pausa) Eduardo Faria vai falar; em seguida, Felipe Manfredini, que é o último. Tem a palavra, Francieli.

A SRA. FRANCIELI AMANDA – Boa tarde a todos. Sou mãe de uma aluna do primeiro ano de Serviços Jurídicos da Cepam. Faço minhas as palavras da Diretora Érika, que mencionou toda a importância que tem essa Cepam continuar aberta e no mesmo local onde tem um alicerce para esse curso e para todos os cursos. E também, como foi mencionado pela representante do Grêmio, esse senhor acabou de mencionar diversas situações, como o Dimas. Então, nós vemos que de cima até embaixo é tudo por baixo do pano.

Estou aqui para quê? Ontem, como os alunos foram protestar em frente, fiquei revoltado porque foram apenas alunos que fizeram a impressão de um documento no momento. Como assim? Eles não têm pais, não têm pessoas importantes ali para discutirem? Acho assim: toda criança, todo jovem tem sempre alguém acompanhando. Então, vim aqui, não sou de me expor, não gosto de visibilidade, de ficar exposta; mas vim para mostrar que os pais estão acompanhando, sim, e não vão parar.

Agora estamos agindo pequeno, mas vamos aumentar. Só queremos formalizar esse documento passado ontem, apenas isso, para todas as instituições que estão correndo risco,

pois estamos inseguros. Falar, todo mundo fala, assim como ontem falaram: “Vocês não estão ali”. Fizeram a impressão de um documento, *okay?* Então, calam-se algumas bocas, e é menos um na frente. Não é assim. Aqui travamos uma guerra, que vai até o final. Só queremos formalizar esse documento. Não é falando, porque falar, qualquer um fala. Era isso, gente. Só tenho a agradecer, e faço esse apelo à instituição, ao diretor que atendeu os alunos e mencionou isso. Que ele formalize o quanto antes essa documentação, como foi prometido ontem para os alunos. E lembrando à instituição Butantan: todos que estão fazendo protestos são jovens, só que cada um tem um pai, tem uma mãe ou um responsável atrás, eles não estão sozinhos.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Victor, do mandato do Deputado Carlos Giannazi.

O SR. VICTOR GUERREIRO – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Victor, sou da assessoria do Deputado Carlos Giannazi. Estou aqui representando também o Vereador Celso Giannazi, que está na Comissão de Educação hoje e não pôde acompanhar a audiência. Cumprimento a Mesa, na figura da Vereadora Juliana Cardoso, que vai ser nossa Deputada Federal agora, parabéns pela iniciativa. E quero parabenizar especialmente todos os mobilizados aqui, Etec Cepam, Escola Estadual Alberto Torres, Ponto de Economia Solidária, CSEB e a Fundação Seade, que sabemos que tem dificuldade de mobilização, mas estiveram presentes em algumas das nossas reuniões lá, e a gente sabe, acompanhando pelos bastidores, que eles estão aí, não podem se mobilizar como os outros, mas estão acompanhando também.

A gente teve também a nossa audiência pública dia 17 de novembro. Então, acho importante a gente registrar aqui como foi na nossa audiência pública na Assembleia Legislativa e aqui novamente a ausência do Instituto Butantan e da Fundação Butantan. Nesse caso, eu digo dos dois, porque, como disse a Vereadora Luana, o Instituto Butantan poderia falar por ele.

Infelizmente, a gente sabe que não é isso que está acontecendo, o que está acontecendo é um processo de corrupção do Instituto Butantan para o propósito do lucro e não do serviço público, e é por isso que eles não estão aqui presentes. Mas é extremamente

essencial que eles se posicionem de alguma forma sobre o que está acontecendo. Eles dizem que os alunos da Etec Cepam não têm as informações corretas, que a Câmara Municipal não tem as informações corretas, que a Secretaria Municipal de Saúde não tem as informações corretas, a Assembleia não tem as informações corretas. Então, se eles têm as informações corretas, então que eles compartilhem. Onde estão as informações corretas? A gente quer saber. Se é verdade que eles não vão despejar nenhum dos equipamentos que estão aqui e fazem esse trabalho tão essencial, que foi tão bem defendido pelos representantes dos equipamentos, então que eles digam que eles não têm esse objetivo, que não vão fazer isso, não vão ficar aqui enrolando a gente e fazendo com que as pessoas se mobilizem de tarde, de noite. A gente sabe como é difícil que venham aqui fazer essa batalha em troca de uma nuvem de fumaça. O que eles estão fazendo ali? A gente sabe que a intenção deles na verdade é outra.

Existem alternativas. A gente tem, no Estado de São Paulo, a Furp, por exemplo, a Fundação do Remédio Popular, em Guarulhos, que tem um espaço absurdo, uma estrutura muito bem colocada, com um projeto real de produção de remédios, que poderia muito bem ser utilizada como estrutura pela Fundação Butantan e pelo Instituto Butantan para produzir vacina. Por que eles não estão olhando para lá? Eles estão olhando com outro objetivo. O Mario Balanco trouxe aqui o caso do Presidente do Condephaat, que é alarmante. A gente já acionou o Ministério Público e acionou novamente. A gente, na última audiência – também é importante dizer -, oficiamos os Grupos Especiais do Meio Ambiente, de Saúde e de Educação do Ministério Público. Onde tem inquérito civil aberto, que eles abram uma reunião com a gente; e onde não tem inquérito civil aberto, que eles abram inquérito civil e que o Ministério Público também acompanhe o que está acontecendo nesse processo.

Enfim, mais uma vez, parabênizo vocês pela mobilização e a Juliana Cardoso, em nome de toda a Comissão, pela audiência pública; e coloco os dois mandatos à disposição para a luta – tanto o Carlos Giannazi na Assembleia Legislativa como o Vereador Celso Giannazi aqui na Câmara. Estamos à disposição e estamos juntos com vocês na luta. Vai ser uma luta longa, mas vitoriosa. Estão de parabéns.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Gente, tem duas pessoas inscritas, mas já são 15h06min. Estou olhando enquanto não abre o Plenário, mas quando abrir eu tenho que terminar. Posso deixar vocês dois últimos para eu poder encaminhar? Pode ser? Enquanto não abre aqui, para a gente poder ficar dentro da própria audiência. (Pausa) Tudo bem, Eduardo e Felipe? Porque já estamos no horário do Plenário. Eu preciso encaminhar, senão a gente vai ter que fechar a audiência com a fala de vocês. (Pausa)

Dentro das propostas que foram apresentadas, uma das coisas importantes de a gente poder acompanhar... E, aí, vou pedir para a Professora Raquel Rolnik deixar a gente aqui informado de que vai haver um processo participativo da revisão do Plano Diretor do *campus* Butantan da USP. Isso é muito importante, porque esse é um item da nossa luta. Então, se a professora tiver e puder, a gente, enquanto Comissão, também vai pedir para poder participar e ser informado.

A Escola Estadual Alberto Torres vai fazer uma reunião dos estudantes, que já têm falado muito aqui sobre essa questão do risco de retirar o equipamento. A gente viu que também vai ter um comitê unificado das cinco instituições. É isso? Vocês já fizeram essa atuação.

Sobre encaminhamento de audiência pública, acho que a gente já findou - tanto da Câmara Municipal como da Assembleia Legislativa. Acho que agora a gente tem que ir para a prática mesmo. A minha sugestão, de todos os parlamentares que estão aqui e representados, é a gente fazer um documento unificado. E o que eu ia pedir para esse comitê? A gente vai ter que falar com o Instituto Butantan. Então, vamos elencar resumidamente. Não dar para a gente falar tudo ao mesmo tempo, voltar tudo o que nós já estamos falando nesse tempo. Resumidamente: a comissão de Deputados e Vereadores mais a Comissão de vocês, uma audiência com o Instituto, não com a Fundação. Chamar a Fundação, mas com o Instituto. Então, de vocês fazerem, escrever essa minuta; e aí eu ajudo a articular com os outros que estão aqui para a gente fazer uma assinatura só e mandar para o respectivo local.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Exato. Então, fazer perguntas objetivas: “nós estamos querendo ir aí para fazer a pergunta...”. Tudo o que foi colocado aqui, mas objetivamente, certo? Ainda vamos ter que resumir tudo para poder falar.

Outra coisa é que a gente tem que pensar em algumas atuações coletivas. O Deputado Giannazi já fez uma caminhada especificamente com o Ministério Público. Mas uma relação de Ministério Público, de você mandar lá é uma coisa; outra coisa é você pedir audiência, e outra coisa ainda é um só parlamentar. Então, eu queria sugerir de a gente também fazer o mesmo encaminhamento que seria para o Instituto também para os demais departamentos do Ministério Público. Um é a área da saúde, que é uma atuação.

Outra coisa: não é chamar aqui somente o Condephaat, porque eles não vão vir. Então, a gente também fazer a mesma atuação dos parlamentares e as instituições para poder ir lá, e isso independentemente da atuação de denúncia que está sendo feita aqui. Sobre isso, vou precisar de dados mais objetivos do que os que vocês estão falando e onde a gente procura, e como a gente se organiza enquanto parlamentares para poder fazer essa denúncia. Então, para isso a gente vai precisar da ajuda de vocês. Porque cada um tem um pedaço; então, é mais fácil a gente juntar tudo e fazer essa frente mais ampla.

Por fim, eu vi que a juventude vai ter um ato no dia 8, e a gente está à disposição de vocês se precisarem. Outra coisa que a gente pode fazer também nessa solicitação, além de fazer para o Instituto Butantan e para o Condephaat essas perguntas que a gente colocou aqui, que vocês falaram e eles responderem nessa audiência, é a gente fazer mesmo, objetivamente, um ofício pedindo os contratos do Instituto Butantan e do Condephaat. Então, essa é também uma atuação que a gente pode fazer em conjunto.

Acho que isso resume um pouco essa nossa audiência de hoje. Tem alguma coisa que vocês querem acrescentar? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – A gente tinha, numa ocasião, numa reunião, levantado um encaminhamento que seria de tombar a Escola Alberto Torres, que tem

90 anos, o Centro de Saúde Escola e também o Conjunto Residencial dos Funcionários do Butantan, que fica ali no Córrego Pirajussara Mirim. Esse processo, se os mandatos pudessem ajudar, porque a gente nunca fez uma instrução de tombamento, então eu não sei o que seria necessário. E também para examinar que tipo de tombamento a gente solicitaria para que não amarrasse futuras melhorias nesses equipamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Posso encaminhar? Gente, a gente tem a Professora Raquel Rolnik, *né*. É uma das pessoas que podem ajudar a gente, inclusive a pensar qual é o caminho – além das instituições que também sabem o caminho – de como instruir. Vocês querem que a gente toque isso, ou que a Comissão que vocês têm, das organizações, faça. Eu não entendi.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Eu não sei se a gente consegue fazer, entendeu? Nesse caso do tombamento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não, porque são duas perguntas que você fez. Uma é sobre como fazer. Então, o como fazer, eu acho que a própria Raquel Rolnik e todos ali podem nos ajudar a fazer essas perguntas mais objetivas para o Condephaat. É isso, *né*? E depois, essas perguntas mais objetivas do Condephaat, elas vão naquele esboço inteiro, um para cada instituição.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Mas isso não é o tombamento. Eu estou falando do tombamento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Também do tombamento. Entra com as outras perguntas que a gente vai elencar e perguntar.

A SRA. SONIA IMPERIO HAMBURGER – A minha outra pergunta é com relação a essa questão do conflito de interesses. Eu acho que isso é uma coisa complicada para instruir esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Isso de instrução do processo é a parte dos parlamentares. Vamos ter informações, que vocês já têm, e outras, que vamos ter que solicitar, até para organizar e não ter nenhum respingo em ninguém das instituições. Essa é uma

parte em que o parlamento ajuda.

Declaro encerrados os trabalhos da audiência pública voltada para as tratativas sobre o terreno onde funciona o ecoponto e todo o seu complexo. (Pausa) É Ponto de Economia Solidária – por favor, retirem o que eu falei.

E, antes de finalizar, peço que você mande à Taquigrafia, da Comissão para o Instituto, formalizando que fizemos esta audiência pública. Declaro encerrados os trabalhos da audiência pública. Agradeço a todos. Tenham uma boa tarde.

Porém isso não significa que você não possa falar agora, tá bom? Mesmo que eu tenha encerrado, você pode falar, porque é alguma coisa, às vezes, que ajuda.

NÃO IDENTIFICADA – Desculpa, Vereadora. Eu queria fazer uma sugestão, enquanto você falava sobre montar um documento único: tirar uma comissão prévia com pessoas que estão aqui para pensar a linha das perguntas e tal. Aí começa um trabalho. Para a frente, pode mudar a comissão, mas tem um grupo inicial. Eu acho que o Mário deu uma boa sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É, pelo que eu entendi, já tem um grupo.

R – Não, não tem consolidado.

P – Tem um grupão. Então aí é com vocês.

R – Não, é que poderíamos fazer em conjunto.

P – Uma primeira coisa são vocês que vão se reorganizar para definir essas linhas – “Gente, temos o esboço”. Em seguida, entra as assessorias dos parlamentares para ajudarmos.

Eu vou pedir para a Regina...

Bom, você está mais organizada quanto a isso. Vamos falando, e vamos ver quais são os melhores tempos. Tudo bem?

R – Tudo bem.

P – Felipe, você quer falar, agora que terminou a audiência?

- Manifestação fora do microfone.

P – Não querem falar?

Dois que ficaram para trás, o Felipe e o Eduardo.

Não querem falar? Não, não, não?

Alguma dúvida? Lamentações?

- Manifestação fora do microfone.

P – Aí são muitas, mas vamos pensar que estamos numa luta bonita. Até uma juventude veio aqui.

Vocês já tinham vindo à Câmara Municipal?

- Manifestação do público.

P – Não? É a primeira vez que vêm a esse prédio?

- Manifestação fora do microfone.

P – No Salão Nobre da Comissão.

Fiquem à vontade. Se quiserem participar do plenário, eu posso descer com vocês, para falarem com os Vereadores sobre isso, se quiserem.

Você quer falar alguma coisa?

- Manifestação fora do microfone.

P – Pode, claro.

- Manifestação fora do microfone.

P – Sim. Como eu disse, estamos à disposição.

Se vocês quiserem remeter esse documento que vocês deram para ele para a Comissão, os deputados, nós também ajudamos no acompanhamento e remetemos a eles: “Olha, os jovens estiveram aí”. É pressão de todos os lados. E estamos à disposição nesse sentido.

Gente, um beijo. Parabéns pela luta. Estamos juntos e misturados. (Palmas)